

GESTÃO AMBIENTAL NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA

Ms. Marlene Huebes Novaes¹

RESUMO: No entendimento que as atividades turísticas no espaço rural só poderão ser eficientes e viáveis, em médio e longo prazo, se garantirem que os recursos de que dependem serão mantidos, o presente artigo tem por objetivo buscar indicadores de estudos para analisar o fenômeno da gestão ambiental dos meios de hospedagem, no espaço rural, tomando por base os preceitos do turismo sustentável. Neste contexto o tema, apresenta-se com potencial para estudos científicos, pela necessidade de constatação de princípios de gestão ambiental adotados nos meios de hospedagem do espaço rural de Santa Catarina, considerando-se que os estudos nessa temática apenas estão iniciando. A metodologia adotada foi o método de abordagem indutivo, buscando na realidade da dinâmica das regiões do Estado, o compromisso ecológico-ambiental dos equipamentos de hospedagem, partindo da constatação de situações específicas e dados particulares das dimensões da gestão ambiental. A presente pesquisa privilegiou mais a análise, entendendo que o todo e as partes são interdependentes, utilizou o método estruturalista. Concluiu-se que, na medida em que os gestores dos meios de hospedagem no espaço rural tomarem consciência da importância da implantação de princípios de gestão ambiental, o que implica numa transição de conduta, tais equipamentos estarão apresentando um diferencial de qualificação. Nesta perspectiva os dirigentes deverão reavaliar suas atitudes, comprometendo-se com a responsabilidade social e ambiental adaptando-se às práticas de gestão ambiental.

PALAVRAS CHAVE: Espaço rural; meios de hospedagem; sustentabilidade; gestão ambiental; Santa Catarina.

Considerações sobre turismo sustentável no espaço rural

O mundo está passando por transformações e mudanças nos campos econômicos, social, político, científico e tecnológico. Estas mudanças, são impactantes, polêmicas e, acima de tudo, inevitáveis para fazer frente aos desafios do século XXI. Entretanto, para que uma sociedade tenha como grande anseio à constituição de um modelo de desenvolvimento sustentável, necessita caracterizar as suas vocações e entender o comportamento e a dinâmica de cada ator neste processo. É preciso respeitar as limitações sem abandonar a promoção das potencialidades existentes nos aspectos ambientais, culturais e econômicos. Um novo paradigma no que tange o desenvolvimento sustentável onde o elemento humano surge como seu principal elemento promotor passa a ser uma necessidade.

¹ Doutoranda em Turismo e Hotelaria – UNIVALI.

Mestre em Ciências da Comunicação – ECA/USP.

Docente da Graduação e Pós-Graduação – UNIVALI, UnB, UESC, EDUVALE.

Consultora Técnica da Novaes Consultoria – Projetos, Pesquisa e Planejamento

marlene@novaesconsultoria.com

A concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais (IRVING; AZEVEDO, 2002, p.35).

O processo de desenvolvimento do turismo sustentável do espaço rural deve acontecer e se manter de tal forma e em tal escala garantindo a viabilidade por um período indefinido de tempo, sem degradar ou alterar o ambiente em que existe e sem comprometer o desenvolvimento das outras atividades da propriedade.

A implantação desta atividade implica em princípios como: uso sustentável dos recursos; revitalização das economias locais; qualidade de gestão; integração da população local; desenvolvimento planejado e controlado que implica em capacidade de carga, baixo impacto e sustentabilidade.

Para que ocorra o desenvolvimento sustentável é necessário que o turismo no espaço rural mantenha, segundo Ansarah (2004) harmonia entre os interesses do meio ambiente das comunidades e do turismo. Para isso deve-se manter o uso sustentável dos recursos, a revitalização das economias, a integração da população e do desenvolvimento planejado e controlado que exige procedimentos de gestão de equipamentos comprometidos com a sustentabilidade ambiental.

Em 1972, realizou-se em Estocolmo a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, na qual foram lançadas estratégias mundiais para a conservação da natureza e a criação de uma agenda global para mudanças; foi elaborado o relatório Nosso Futuro Comum, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também denominado Relatório Brundtland (CMMAD, 1991). O relatório sugere estratégias ambientais de longo prazo para atingir o almejado desenvolvimento sustentável.

A União Internacional para a conservação da Natureza e dos Recursos Naturais — IUCN (1991) — considera desenvolvimento sustentável o processo que melhora as condições de vida ecossistemas. O surgimento da consciência e sensibilização ambiental da sociedade fará com que surjam novos produtos turísticos que integrem valores ambientais e ecológicos. Portanto o “setor” turismo deve estar preparado para esta mudança de hábito e atitude do seu demandante. O nível de consciência ambiental depende de variáveis econômicas e culturais da sociedade, dos

diferentes grupos sociais e ainda dos conflitos de interesse dos diferentes atores envolvidos — setor público, setor privado e organismos sociais.

O homem, ao invés de violentar e desrespeitar as regras que levam à estabilidade do ecossistema pode muito bem servir de fator exógeno ao sistema ecológico, assegurando sua estabilidade, conseqüentemente contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Hoje, sabe-se que a natureza não é assim tão simples e que não existe a possibilidade de uma ciência única que dê conta de explicar sua complexidade. Essa consciência deve nos tornar mais humildes e dispostos ao diálogo efetivo, Todos os saberes são necessários para estudar o meio ambiente. E é através da Educação Ambiental que os agentes de decisão podem ser informados e orientados para uma decisão correta em benefício do meio ambiente. Como coloca Souza (1998) não existem soluções puramente ecológicas, biológicas, jurídicas, agrônomicas ou políticas, pois o meio ambiente, além de físico é também social e psíquico e está inserido numa estrutura político-econômico-social.

A progressiva destruição dos ecossistemas naturais de uso turístico é um fato inegável. O processo progressivo, como já mencionamos, foi detectado pela ecologia, e é mediante a aplicação desse conhecimento que se pode reverter o dano, até se alcançar uma plena compatibilidade e integração entre a atividade turística e a atividade própria do ambiente natural. Até agora a ciência ecológica não foi aplicada à estratégia geral do desenvolvimento turístico, atividade esta que deveria contar, mais que qualquer outra, com claros objetivos de conservação do meio ambiente natural, juntos com os de ordem econômica e social (MOLINA, 2001, p. 98).

Dessa forma abre-se um amplo espaço para uma adequação educacional e econômica, e uma adequação racional de consumo. A deterioração da qualidade de vida não é puramente um fenômeno de poluição física do solo, das águas, do ar, do resíduo, mas sobretudo, a poluição social e psíquica.

Sachs (1990) reelabora o conceito de desenvolvimento sustentável, também chamado de ecodesenvolvimento, como um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos não só rurais mas também urbanos, oposto à diretriz mimético-dependente tradicionalmente adotada nos países pobres, orientado pela busca de autonomia e pela satisfação prioritária de necessidades básicas das populações envolvi das A integração da dimensão do meio ambiente é pensada não apenas como uma espécie de coação suplementar, mas também na qualidade de um amplo potencial de recursos, utilizando-se de critérios de prudência ecológica.

Existem quatro postulados, segundo Sachs (1990) reunindo idéias essenciais do enfoque

do desenvolvimento sustentável. O primeiro deles é a prioridade ao alcance de finalidades sociais, redirecionando o processo de crescimento econômico, visando ao alcance de objetivos sociais prioritários, traduzidos pelas suas necessidades materiais e psicossociais, como auto-determinação, participação política e auto-realização; o segundo é a valorização da autonomia buscando um maior grau de controle dos aspectos cruciais do processo de desenvolvimento, mediante a ação da sociedade civil organizada, no âmbito local, microrregional ou regional, canalizando e maximizando os seus recursos disponíveis, num horizonte de respeito às suas tradições culturais e sem incorrer com isso em auto-suficiência ou isolacionismo; o terceiro é a busca de uma relação de simbiose com a natureza, abandonando o padrão arrogante de relacionamento com o meio ambiente biofísico instaurado pela modernidade à luz do processo modernizador; e o quarto é a eficácia-econômica, situando a eficiência econômica como uma alternativa à racionalidade microeconômica dominante, no sentido de uma internacionalização efetiva da problemática dos custos sócio-ambientais do processo de desenvolvimento.

Pode-se, também, reagrupar estes postulados do desenvolvimento sustentável, de maneira a conceituar mais adequadamente em termos de estratégias de um desenvolvimento socialmente mais justo, ecologicamente prudente e economicamente eficaz.

Por sua vez, a OEA — Organização dos Estados Americanos considera que o desenvolvimento do turismo sustentável significa atingir o crescimento de tal forma que não esgote o meio ambiente natural e humano e preserve a cultura da comunidade local. Isso implica em usar, porém não esgotar, os recursos locais naturais e físicos. Implica, também, em que seja feito o possível para preservar e enriquecer o patrimônio cultural local.

O WWF — Fundo Mundial para a Natureza (1992) estabeleceu que o “Turismo Sustentável” é o turismo e a respectiva infra-estrutura, aos quais se aplicam os seguintes princípios: usar os recursos naturais, sociais e culturais de forma sustentável; reduzir o consumo excessivo e o desperdício; manter a diversidade natural, social e cultural; integrar o turismo no planejamento estratégico; apoiar as economias locais; envolver as comunidades locais; consultar pessoas envolvidas e o público; treinar pessoas; fazer um marketing responsável; e realizar pesquisas e monitoramento.

Ao mesmo tempo em que o turismo é visto como importante fator de valorização, também é entendido como fator de degradação ambiental. É fundamental, segundo Rodrigues (1998), que se entenda o ambiente, na sua concepção mais abrangente, ou seja, nas suas expressões (natural,

ocupada e construída) que se interpenetram num movimento sincrônico de ações e interações recíprocas. O meio ambiente é um sistema que obedece a determinadas leis, suscetível a qualquer ação externa, que pode provocar alterações. Quanto mais frágil for o sistema, menor será a capacidade de assimilar ou absorver as ações externas, ou seja, maior será o impacto ambiental.

Visto pela perspectiva do desenvolvimento rural, o turismo no espaço rural é uma das atividades melhor colocadas para assegurar a revitalização do tecido econômico rural, sendo tanto mais forte quanto conseguir endogeneizar os recursos naturais, a história, as tradições e a cultura de cada região. Ele não é só um fator de diversificação das atividades agrícolas, como um fator de pluralidade, através da dinamização de um conjunto de outras atividades econômicas que interagem. É o caso do artesanato, da produção e venda na exploração de produtos tradicionais, dos quais se destacam os produtos agrícolas e gêneros alimentícios certificados, serviços de transportes, de guias turísticos, etc. Importa pois, que seja promovido de forma planejada e estrategicamente administrada na busca da sustentabilidade, no respeito pelas diferenças que caracterizam cada região e pelos requisitos de qualidade e de comodidade exigidos pela demanda do turismo no espaço rural.

Gestão ambiental nos meios de hospedagem

A crescente necessidade da população dos centros urbanos em usufruir do lazer em contato com a natureza, a fim de se recuperar do desgaste provocado pelo cotidiano, leva milhares de pessoas a passarem férias, finais de semana e feriados prolongados a descansar e tentar recuperar-se nos equipamentos e atrativos com belezas naturais e atrativos culturais. Por isso, a qualidade ambiental, torna-se um elemento fundamental para a proteção e sustentabilidade das destinações visitadas, a melhoria das condições de vida das populações receptoras e a qualidade do usufruto do tempo livre das pessoas. As questões ambientais são questões de qualidade de vida e, como tal, fazem parte de uma tendência social global referente à manutenção da saúde.

Steger apud Silva et alli (2003) identifica os anos 80 como os primórdios da gestão ambiental, por meio da adaptação das empresas norte-americanas às novas exigências da legislação ambiental. Na Europa, no mesmo período, as empresas já procuravam adotar atitudes proativas, prevendo as oportunidades de negócios, advindas da gestão ambiental, considerando as exigências do mercado. No âmbito global, foi a Eco 92 que evidenciou o papel das corporações

na proteção ambiental.

Gestão ambiental é um conjunto dos aspectos da função geral de gerenciamento de uma organização (inclusive o planejamento), necessário para desenvolver, alcançar, implementar e manter a política e os objetivos ambientais da organização. (NAHUZ apud SILVA et alli, 2003, p. 64)

A defesa por uma alta qualidade de vida e o sentido político que a ecologia adquire vem, segundo Pellegrini(1993), ao encontro de estudiosos contemporâneos de turismo, em cujas obras fica priorizada a responsabilidade social de órgãos governamentais e de empresas particulares do setor, que devem incluir no trivial de seus objetivos a melhoria da qualidade de vida das populações de núcleos receptores, ao mesmo tempo em que a melhoria da qualidade de serviços para seus clientes, portanto, beneficiando os próprios turistas

Roteiros de Charme associação de hotéis, entidade privada brasileira e sem fins lucrativos que congrega hotéis, pousadas e refúgios ecológicos adotou o código voluntário de conduta ambiental. Além do compromisso de todos os associados com a proteção do meio ambiente natural, a associação também participa de projetos específicos de preservação de fauna, flora e herança cultural.

Um exemplo de programa de conscientização ambiental foi desenvolvido no Hotel Rosa dos Ventos, em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Desde o planejamento inicial todas as construções foram restritas às áreas de pastagem existentes e outras áreas já desmatadas a fim de preservar a mata natural remanescente. Equipamento de aquecimento solar vem sendo usado desde que o hotel começou a operar como uma pequena pousada, há 24 anos. O gerente e demais colaboradores do hotel são incentivados a aderir ao programa, participando inclusive dos resultados alcançados.

Não se trata de nenhum mega e custoso programa social, mas tão somente do estímulo a práticas ambientais no dia a dia de cada um. Ele tem como objetivo, com medidas singelas de grande resultados práticos, tais como:

- incentivo à manutenção paisagística em torno da casa dos empregados que vivem com suas famílias dentro da propriedade, através da premiação mensal do jardim mais bem cuidado, escolhido por eles mesmos;
- incentivo à redução do desperdício de energia, premiando aqueles que consomem menos que a média consumida em casas do mesmo tamanho e padrão

existentes nas redondezas;

- incentivo à redução de energia consumida pelo hotel, através da distribuição de prêmios;
- incentivo à reciclagem de resíduos sólidos produzidos pelo hotel, através da recompensa financeira para empregados;
- encorajamento à participação dos vizinhos no programa de reciclagem, através da estocagem comum em local apropriado, a fim de se obter as quantidades mínimas exigidas pelos catadores;
- encaminhamento a instituições de caridade de roupa de cama, mesa e banho que não puderem ser transformadas;
- incentivo ao aprimoramento profissional através de condições adequadas para o estudo, horário de trabalho compatível com horário escolar e absorção pela empresa de todo ou parte dos custos dos estudos para os empregados e seus familiares (isto é, as facilidades necessárias para a continuidade dos estudos dos empregados, assistências médica e dentária, de acordo com os princípios da empresa sustentável).

Outra iniciativa de qualificação ambiental no Brasil é o Programa Hóspedes da Natureza-PHN, enquanto um conjunto de ações planejadas de modo a proporcionar a qualificação de pessoal, a implementação de projetos e a certificação de hotéis e congêneres, em relação ao aprimoramento de suas responsabilidades sócio-ambientais.

Segundo Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), a gestão ambiental é um processo contínuo e adaptativo, por meio do qual uma organização define (e redefine) seus objetivos e metas relativas à proteção do ambiente, à saúde e segurança de seus empregados, clientes e comunidade. Então, segundo os autores a qualidade nas organizações deve ser entendida como uma filosofia que embasa o modelo de gestão ambiental proposto. Aqui entendido como modelo de gestão ambiental o conjunto de decisões exercidas sob princípios de qualidade ambiental e ecológica preestabelecidos, como a finalidade de atingir e preservar um equilíbrio dinâmico entre objetivos, meios e atividade no âmbito da organização.

Deste modo pode-se inferir que, ao ser utilizada como estratégia de mercado, a gestão ambiental abrange novos segmentos, fortalece a imagem ecológica, reduz os custos operacionais, melhora o desempenho das atividades, reduz os riscos, e cria assim, um diferencial competitivo, para os meios de hospedagem no espaço rural. Pela definição de Steger apud Silva et alli (2003),

um sistema de gestão ambiental é um processo sistemático e transparente a ser difundido e interiorizado por toda a organização, com o propósito de implementar um policiamento e responsabilidades que vão ao encontro das metas ambientais da corporação, tendo auxílio de auditorias regulares de seus elementos.

Todos os programas de gestão ambiental citados têm como ponto-chave o reconhecimento dos limites da ecocapacidade e enfatizam a otimização do processo para minimizar as perdas. Possuem como objetivos: reduzir o uso de matéria-prima ou recursos no processamento das operações administrativas; reduzir o consumo de energia; reduzir a utilização de substâncias tóxicas; ressaltar a reciclagem; maximizar o uso de recursos reaproveitáveis; aumentar a durabilidade dos produtos; reaproveitar materiais e criar valores adicionais para produtos e serviços, aumentando a satisfação do cliente e minimizando os impactos ambientais.

A perspectiva futura é a de que as questões relativas a preservação do meio ambiente deixem de ser um problema meramente legal, com ênfase em punições legais, para evoluírem para um contexto empresarial pleno de oportunidades e de ameaças, em que as decorrências ambientais e ecológicas passem a significar posições competitivas que ditarão a própria sobrevivência em seu mercado de atuação.

Para Enz e Siguaw apud Silva et alli (2003) os meios de hospedagem precisam agir proativamente para garantir sua competitividade, agregando valor ao serviço ofertado e assegurando a sustentabilidade. A transição na conduta empresarial reflete-se na adoção de uma postura mais ambientalmente coerente. Essa conduta tem sido influenciada por diversas contingências, a saber: aumento das regulamentações ambientais; necessidade de agir proativamente para alcançar novos nichos de mercado; e pressões da demanda ecológica.

Todavia, estudos como os de Darnall e Schenini apud Silva (2003) dão a entender que a adoção de práticas de gestão ambiental é influenciada pela cultura da organização, tornando a compatibilidade desses dois elementos um fator essencial para a efetividade da implantação de medidas que visam aprimorar a atuação do hotel no que diz respeito à gestão do meio ambiente.

O cenário dos resultados

Conforme o cadastro de meios de hospedagem no espaço rural da Santur, foram listadas diversas pousadas e hotéis-fazendas, separados por seis regiões que desenvolvem turismo rural no Estado de Santa Catarina: Norte, Sul, Oeste, Região Serrana, Litoral centro e Vale do Itajaí. (

Anexo A)

O instrumento de pesquisa contendo questões fechadas e semi-abertas tratou da observância dos fatores de extrema relevância na preocupação e comprometimento dos empreendimentos hoteleiros com a gestão ambiental, seguindo premissas ecológicas referentes a tratamento de efluente, resíduos sólidos e líquidos, utilização de formas alternativas de energia, educação ambiental e uso e ocupação do solo, considerando como base os princípios do turismo sustentável.

Quanto às atividades realizadas que demonstram algum comprometimento com a gestão ambiental, ressalta-se que salvo um ou outro equipamento as ações ainda não são devidamente planejadas enquanto situação de gestão estratégica.

Na era da qualidade ambiental a grande maioria dos meios de hospedagem no espaço rural ainda é incipiente e sem foco resultante de planejamento e gestão. Mesmo assim destaca-se, na maioria dos meios de hospedagem como segue :

1- Coleta seletiva de lixo com 60% nos equipamentos de Santa Catarina participando, pois Lima (1995, p.9) revela ser preocupante “que a população mundial está crescendo em ritmo acelerado... o que irá gerar inevitavelmente consideráveis volumes de lixo. O não tratamento dessa massa pode contribuir significativamente para a degradação da biosfera, em detrimento da qualidade de vida em nosso planeta”.

A coleta seletiva é definida pela ABNT como “coleta que remove os resíduos previamente separados pelo gerador, tais como: papéis, latas, vidros e outros” (NBR 12.980, 1993, p.3). Ela é um assunto bastante abordado nos dias de hoje, pois necessariamente afeta a humanidade e o meio ambiente.

Conforme Figueiredo (1995, p.34) “a associação do “consumo” à “qualidade de vida” representa precisamente um destes valores de fundamental importância para a questão ambiental”. Uma principal alternativa está na adoção de Programas de Coleta Seletiva e Reciclagem, pois os esforços para diminuir os resíduos, não têm conseguido resultados em prazos compatíveis com o quadro de emergência que se está instalando nos dias atuais.

Nesse sentido, a educação ambiental é uma peça fundamental para o sucesso de qualquer programa de coleta seletiva, que amenizará o impacto negativo das populações e dos turistas sobre o meio ambiente. Essa forma de educação, que neste caso visa ensinar o cidadão sobre o seu papel como gerador de lixo, é principalmente dirigida às escolas, mas sem deixar de abranger

a comunidade inteira. Quando a população fica ciente do seu poder ou dever de separar o lixo, passa a contribuir mais ativamente ao programa. Com isso, há uma diminuição cada vez maior dos materiais outrora destinados ao aterro sanitário e uma maior economia de recursos. A informação sobre a realização da coleta seletiva deve ser divulgada regularmente ao público em geral, prestando contas dos benefícios e metas.

2- A educação ambiental com hóspedes e funcionário .Apresentou uma participação de 21% permite inferir que tais atividades tendem a expandir-se considerando que é condição necessária para a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

A educação ambiental deve envolver aspectos primordiais relacionados com o desenvolvimento e o meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome e degradação da flora e fauna, promovendo cooperação e diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.

3. O tratamento de esgoto, reaproveitamento de lixo orgânico e formas alternativas de energia apresenta um destaque de 13% Conforme Figueiredo (1995, p.34) “a associação do “consumo” à “qualidade de vida” representa precisamente um destes valores de fundamental importância para a questão ambiental”.

Uma principal alternativa está na adoção de Programas de Coleta Seletiva e Reciclagem, pois os esforços para diminuir os resíduos, não têm conseguido resultados em prazos compatíveis com o quadro de emergência que se está instalando nos dias atuais. Existência de recipientes para lixo, seguros e em boas condições de manutenção, regularmente esvaziados.

Conclui-se que as práticas ambientais realizadas nos equipamentos de hospedagem do espaço rural de Santa Catarina ainda são relativamente baixas o que denota preocupação em relação à preservação do patrimônio ambiental, segundo os preceitos de desenvolvimento sustentável.

Ao contrário do que se imagina, o turismo no espaço rural ainda não pode ser considerado de atitudes e hábitos preservacionistas. O turismo mundial tem sido um consumidor (ou destruidor) voraz das paisagens, um instrumento de descaracterização das comunidades anfitriãs e sua cultura e um grande causador de uma ampla gama de impactos no ambiente natural. O homem ainda é o principal agente a desrespeitar as regras que levam à estabilidade do ecossistema. As atividades do turismo rural necessitam de políticas específicas no que diz

respeito à gestão ambiental e responsabilidade sócio-ambiental, na perspectiva de alcançar as vertentes de crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico.

Os demais indicadores foram de pouca representatividade apesar da tendência de alterações positivas no contexto de trabalho educativo nas escolas, reaproveitamento do lixo orgânico, preservação de sambaquis e sítios arqueológicos, qualidade do solo para plantio.

Os estudos dão a entender que a adoção de práticas de gestão ambiental é influenciada pela cultura da organização, tornando a compatibilidade desses dois elementos um fator essencial para a efetividade da implantação de medidas que visam aprimorar a atuação do hotel no espaço rural no que diz respeito à gestão do meio ambiente.

Os fatores que tornam a reciclagem do lixo economicamente viável convergem, todos eles, para a proteção ambiental e a sustentabilidade do desenvolvimento, pois se referem à economia de energia, à economia de matérias-primas, à economia de água e à redução da poluição do subsolo, do solo, da água e do ar. Convergem também para a promoção de uma forma de desenvolvimento econômica e socialmente sustentável, resultando pois em ganhos para a sociedade como um todo.

Considerações Finais

O surgimento da consciência e sensibilização da sociedade fará com que surjam novos produtos turísticos que integrem valores ambientalmente ecológicos o que remete a mudanças de comportamento dos prestadores de serviços no espaço rural. O nível de consciência ambiental dos turistas tende a ser cada vez mais exigente em relação às práticas ambientais, que dependem de fatores culturais, educacionais e econômicos.

A gestão dos meios de hospedagem no espaço rural, exige garantir a sustentabilidade dos recursos, investindo na conservação da natureza a partir da adoção de uma postura de responsabilidade ambiental. Para isso os proprietários e/ou gerentes deverão implantar o gerenciamento ambiental no contexto do dia a dia do seu equipamento comprometendo-se com o desenvolvimento sustentável. O acréscimo na conscientização sobre os problemas ambientais vem interferindo na preocupação das empresas hoteleiras, incluindo as de pequeno porte, com o gerenciamento ecológico o que envolve a passagem do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico.

Todos os programas de gestão ambiental têm como ponto-chave o reconhecimento dos

limites da ecocapacidade e enfatizam a otimização do processo para minimizar as perdas.

Possuem como objetivos: reduzir o uso de matéria-prima ou recursos no processamento das operações administrativas; reduzir o consumo de energia; reduzir a utilização de substâncias tóxicas; ressaltar a reciclagem; maximizar o uso de recursos reaproveitáveis; aumentar a durabilidade dos produtos; reaproveitar materiais e criar valores adicionais para produtos e serviços, aumentando a satisfação do cliente e minimizando os impactos ambientais.

A abordagem dos aspectos ambientais como conscientização e evolução do pensamento ambiental, dando destaque a gestão ambiental dos meios de hospedagem no espaço rural, destaca o fato que o meio ambiente é o elemento central do produto turístico e a implementação de princípios ambientais nestes equipamentos será influenciada pelo perfil cultural, ainda é muito reduzido, com exceção de poucos meios de hospedagem que estão iniciando algumas práticas nitidamente pontuais. A expressão turismo sustentável aparece como uma proposta de maximização dos pontos positivos da atividade, amenizando ou extinguindo os aspectos desfavoráveis em relação ao meio ambiente. Os meios de hospedagem, servem de suporte básico para o desenvolvimento do turismo, sobressaindo-se na busca por tecnologias limpas e práticas mais sustentáveis. O fato de ser um dos principais elementos do turismo reafirma a necessidade de redirecionamento nos processos de gestão desses equipamentos não só nos grandes centros urbanos como também no espaço rural.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T; CARVALHO, A. B. Gestão Ambiental: Enfoque estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.) Turismo: segmentação de mercado. 6.ed São Paulo: Futura, 2004.

IRVING, M. de A; AZEVEDO, J. Turismo o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. 219 p.

MOLINA E. Sergio. Turismo e ecologia. Bauru: Edusc, 2001.

NOVAES, Marlene H.. Turismo rural como fator de desenvolvimento local e regional em Santa Catarina. In: REJOWSKI, Mirian, COSTA, Benny K. (org.) Turismo contemporâneo: desenvolvimento estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, 2003.

PELLEGRINI, Américo F. Ecologia, cultura e turismo. Campinas: Papirus, 1993

RODRIGUES, A. B. Turismo eco-rural: Interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. Anais do Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – Universidade Federal de Sta. Maria. 1998.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. Para pensar o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Marcos P., ENDERS Wayne T., SILVA, Ivana Aparecida F. Gestão ambiental e cultura organizacional em meios de hospedagem. In: REJOWSKI, Mirian, COSTA, Benny K. (org.) Turismo contemporâneo: desenvolvimento estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, R. S. Economia política do meio ambiente: Reflexões sobre os dilemas da razão no pensamento. Pelotas: EDUCAT, 1998.